



RELATÓRIO DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Exercício de 2015

[Handwritten signatures in blue ink]



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 858 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)

Presidente da Câmara

Membros do Órgão Executivo

Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base na DRA 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, da OROC.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Porto de Mós** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as Normas Técnicas de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 07 de abril de 2016.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
 - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
 - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
 - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
 - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
 - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
 - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;
4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:
 - 4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176



4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;

4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;

4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do nº 2 do art. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro;

4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
- b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
- c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
- d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
- e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
- g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
- i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- j) Outros testes considerados relevantes.

4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 615 - Ed. Mond - Sala 101
3000 - 176 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Baía da Reis, nº 61 2º
6305 - 606 GUARDA
Tel: 241 227303 * Fax: 241 224354
Email: vstroce@gmail.com

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, nº 65 - 1º Piso/Ed.
3710 - 050 VISEU
Tel: 252 435277 * Fax: 252 435279
Email: dfevstroce@gmail.com

2



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176

significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.

6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.



I. Introdução

1. O Município de Porto de Mós, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 505 586 401;
2. A sede do Município está localizada na Praça da República;
3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no decreto-lei nº competências e atribuições definidas no decreto-lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2015, o município contava com 328 funcionários, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	João Salgueiro
Vice-presidente	Albino Januário
Vereador	Anabela Martins
Vereador	Rui Marto
Vereador	Rita Cerejo
Vereador	António Ferreira
Vereador	Nélia Nogueira

6. Legislação específica: Lei 73/2013 de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais; e POCAL.



12

II. Principais políticas contabilísticas

2.1. Políticas Contabilísticas da Autarquia

2.1.1. Amortizações e Reintegrações

Os critérios utilizados para as amortizações e reintegrações do imobilizado consideram-se, na generalidade, dentro dos limites da razoabilidade e apresentam-se consistentes com os que vinham a ser utilizados no exercício anterior.

2.1.2. Valorimetria

3.1.2.1 Existências

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

3.1.2.2 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

3.1.2.3 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

3.1.2.4 Investimentos financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município de Porto de Mós encontram-se registadas ao custo de aquisição.

2.1.3. Especialização de exercícios

Não tivemos conhecimento de situações que coloquem em causa este princípio.

2.2. Conformidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Município de Porto de Mós, com as salvaguardas referidas no presente relatório, estão em conformidade com as normas contabilísticas nacionais e internacionais aplicáveis, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.



2

III. Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2015, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

3.1. Imobilizado

3.1.1. Imobilizado Incorpóreo

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2014	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31 DEZ 2015
43	IMOBILIZADO INCORPÓREO					
1	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Despesas de Investigação e Desenvolv.	0,00	0,00	0,00	130 254,33	130 254,33
3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
4	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL IMOB. BRUTO	5 000,00	0,00	0,00	130 254,33	135 254,33
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
31	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Despesas de Investigação e Desenvolv.	0,00	43 413,77	0,00	0,00	43 413,77
33	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL AMORTIZAÇÕES	0,00	43 413,77	0,00	0,00	43 413,77
	N E T	5 000,00	43 413,77	0,00	130 254,33	91 840,56

As imobilizações incorpóreas são amortizadas por um período de 3 anos, conforme critérios de valorimetria do POCAL (ponto 4.1.8.)

Esta rubrica sofreu um aumento, devido à conclusão do PDM – Plano Diretor Municipal.



R

3.1.2. Imobilizado Corpóreo

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2014	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31 DEZ 2015
42	IMOBILIZADO CORPÓREO					
1	Terrenos e Recursos Naturais	5 074 423,87	8 798,80	0,00	-4 200,00	5 079 022,67
2	Edifícios e Outras Construções	30 977 494,69	109 120,00	0,00	1 146 539,53	32 233 154,22
3	Equipamento Básico	4 660 055,40	224 231,64	1 008,28	80 595,68	4 963 874,44
4	Equipamento Transporte	2 129 177,87	91 557,59	0,00	0,00	2 220 735,46
5	Ferramentas e Utensílios	132 125,41	20 092,06	0,00	0,00	152 217,47
6	Equipamento Administrativo	1 060 800,85	245 093,70	1 436,80	6 027,00	1 310 484,75
7	Taras e Vasilhame	0,00	202,95	0,00	0,00	202,95
9	Outras Imobilizações Corpóreas	93 930,63	12 220,05	0,00	0,00	106 150,68
	Sub-Total	44 126 008,72	711 316,79	2 445,08	1 228 962,21	46 065 842,64
442	Imobilizado em Curso	557 588,76	1 776 856,34	0,00	-1 370 795,17	963 649,93
448	Adiantamentos P/ Conta Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
451	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	4 200,00	4 200,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	125 618,72	125 618,72
453	Outras Construções e Infraestruturas	32 596 253,13	10 000,00	0,00	1 332 592,29	33 938 845,42
455	Bens Pat. Hist. Artístico	77 562,92	0,00	0,00	0,00	77 562,92
459	Outros Bens de Domínio Público	60 543,00	0,00	0,00	0,00	60 543,00
	Sub-Total	32 734 359,05	10 000,00	0,00	1 332 592,29	34 206 770,06
445	Imobilizado em Curso	420 224,34	1 406 577,49	0,00	-1 450 832,38	375 969,45
446	Adiantamentos P/ Conta O.B.D. Público	0,00				0,00
	TOTAL IMOB. BRUTO	77 840 180,87	3 904 750,82	2 445,08	-260 073,05	81 612 232,08
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
21	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Edifícios e Outras Construções	6 302 631,97	1 013 021,46	0,00	0,00	7 315 653,43
23	Equipamento Básico	2 824 428,70	380 022,70	964,10	0,00	3 203 487,30
24	Equipamento Transporte	1 723 855,17	100 415,94	0,00	0,00	1 824 271,11
25	Ferramentas e Utensílios	119 088,28	8 252,70	0,00	0,00	127 340,98
26	Equipamento Administrativo	990 308,35	104 201,01	1 149,44	0,00	1 093 359,92
27	Taras e Vasilhame	0,00	67,64	0,00	0,00	67,64
29	Outras Imobilizações Corpóreas	23 766,23	4 008,86	0,00	0,00	27 775,09
52	Edifícios	0,00	6 280,94	0,00	0,00	6 280,94
53	Outras Construções e Infraestruturas	15 308 064,97	1 684 979,50	0,00	0,00	16 993 044,47
55	Bens Pat. Hist. Artístico	19 807,50	3 301,25	0,00	0,00	23 108,75
59	Outros Bens de Domínio Público	15 135,75	3 027,15	0,00	0,00	18 162,90
	TOTAL AMORTIZAÇÕES	27 327 086,92	3 307 579,15	2 113,54	0,00	30 632 552,53
	N E T	50 513 093,95	597 171,47	331,54	-260 073,05	50 979 679,55

Dos movimentos ocorridos na rubrica de imobilizado corpóreo destacamos:

- Todas as aquisições de terrenos e de edifícios em 2015 foram escrituradas e registadas na conservatória;
- Foi transferido para a conta de edifícios e outras construções o valor de 1.146.539,53 euros de imobilizado em curso.
- A rubrica de equipamento de transporte teve um aumento de 91.557,59 euros, do qual destacamos a aquisição de: um Veiculo VOLVO FLM 16 - Pesado de Mercadorias Tribusculante com grua, um Renault Captur e um Renault Kangoo Express 2.

Dos movimentos ocorridos na rubrica de Bens de Domínio Público destacamos a transferência do valor de 1.332.592,29 euros de imobilizado em curso para outras construções e infraestruturas.

Os bens de domínio público: terrenos e recursos naturais e bens do património histórico e cultural não estão sujeitos a deprecimento, conforme estipulado na al. g), n.º1 do art. 36º e na al. a).n.º1 do art. 36º da Portaria n.º 671/00 de 17 de Abril (CIBE), respetivamente.

Dos testes efectuados às amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria n.º 671/2000 (II série) de 17 de Abril.

Efectuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetadas quaisquer diferenças.

De referir que as aquisições de imobilizado efectuado no exercício de 2015 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Os imóveis do Município encontram-se cobertos por seguros.

Conforme nota 8.2.14 do ABDR, existe património que não está evidenciado nas demonstrações financeiras por não estar em nome do Município. Recomendamos que sejam encetados os procedimentos necessários com o intuito de afetar esses bens à titularidade do Município.

Existem ainda bens doados ao Município e integrados no património, por deliberação do órgão executivo, cuja valorização não foi possível apurar, pelo que os mesmos assumiram o valor zero. Recomendamos que seja criada a Comissão de Avaliação Pluridisciplinar de Inventário e Cadastro, cujas atribuições estão consignadas no Decreto-Lei n.º 378/94, de 16 de Junho.

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2015 encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
Investimentos financeiros			
Partes de capital			
Empresas municipais e intermunicipais			
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00 €	4,33%	Método Custo
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA (Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.)	81 055,00 €	0,20%	Método Custo
Empresas privadas ou cooperativas			
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional EIM, S.A.	7 500,00 €	0,55%	Método Custo
Mapicentro, S.A.	230,00 €	0,01%	Método Custo
Open Associação para Oportunidades Esp. De Negócio	500,00 €	0,00%	Método Custo
	175 885,00 €		
Obrigações e Títulos de Participação			
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	815 030,02 €		
	815 030,02 €		
Total	990 915,02 €		

Os testes efetuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é inferior ao seu custo de aquisição. Tendo em atenção o princípio da prudência o Município criou as seguintes provisões:

Empresa	Valor da Participação	Provisão
Investimentos financeiros		
Partes de capital		
Empresas municipais e intermunicipais		
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00 €	- €
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA (Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.)	81 055,00 €	- €
Empresas privadas ou cooperativas		
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional EIM, S.A.	7 500,00 €	4 440,95 €
Mapicentro, S.A.	230,00 €	169,41 €
Open Associação para Oportunidades Esp. De Negócio	500,00 €	- €
Total	175 885,00 €	4 610,36 €

Consideramos adequado o valor da provisão.



3.2. Existências

Existências	31.12.15	31.12.14
Mercadorias	1 472 003,85	1 453 642,89
Matérias-primas	8 638,13	11 361,23
Materias diversos	179 773,74	219 790,08
Total	1 660 415,72	1 684 794,20

O saldo de balanço respeita às mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2015.

Foi realizada uma contagem física durante o ano 2015, a 31 de dezembro de 2015, tendo sido presenciada pelos auditores.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, que deu origem a uma regularização.

3.3. Clientes

À data de 31 de dezembro de 2015 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes	31.12.15	31.12.14
Clientes c/c	0,00	0,00
Contribuintes c/c	22 210,79	10 973,97
Utentes c/c	295 840,14	171 671,95
Clientes c/caução	0,00	0,00
Clientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	49 884,38	85 618,58
Total	367 935,31	268 264,50

Locação financeira	
Caixa Leasing & Factoring	Valor em dívida 31/12/2015
Banco Comercial Português, S.A.	3 470,57 €
Banco Santander Totta	8 499,18 €
Banco BPI	- €
	11 969,75 €

Foram desconhecidas dívidas de clientes no montante de 48.262,28 euros, uma vez que o prazo para a sua recuperação se encontrava expirado.

Tendo por base o estipulado no POCAL no ponto 2.7.1- provisões, o Município reforçou a provisão para clientes de cobrança duvidosa para 16.374,44 euros.

Dado que a maior parte dos clientes são particulares não foi efectuada a circularização dos saldos.



3.4. Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2015, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31.12.15	31.12.14
Retenção de Imp. s/Rend	-26 499,29	-31 262,73
Imposto s/ Valor Acrescentado	195 045,28	181 795,47
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a S.S. e CGA	-94 606,02	-86 786,05
Outras tributações	-137,25	-1 292,01
Total	73 802,72	62 454,68

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acrescentado" respeita a um valor a recuperar, no montante de 195.045,28 euros.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, aos descontos para a segurança social, e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.

Confrontando a conta corrente da ADSE com a conta corrente da ADSE evidenciada pelo Município, verificámos uma discrepância de 9.465,54 euros, ou seja, a conta do Município face à conta da ADSE está subavaliada no referido montante. O Município reconhece esta discrepância tendo encetado procedimentos para a sua regularização.

3.5. Outros Devedores e Credores

À data de 31 de dezembro de 2015, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outros Devedores e Credores	31.12.15	31.12.14
Fornecedores de Imobilizado	35 235,82	11 375,10
Leasing	11 969,75	48 835,67
Sindicatos	3 198,42	3 170,43
Pessoal	18 300,17	3 501,53
Administração Autárquica	-2 933,98	24 660,97
Devedores e Credores Diversos	1 101 660,00	1 344 807,94
Total	1 167 430,18	1 436 351,64



Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de imobilizado à data de 31 de dezembro de 2015, seleccionando 74,64%, do saldo. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço.

Na rubrica do pessoal foram testados, com base numa amostra aleatória, 60 recibos de vencimento (referentes ao processamento de salários do mês de junho e de dezembro). Efetuamos, o cruzamento da informação constante na folha de remunerações com cadastro individual e testamos a adequação das taxas de retenção na fonte, das taxas de segurança social, das taxas da Caixa Geral de Aposentações e da ADSE. Da amostra seleccionada não foram detetadas exceções dignas de realce.

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para o ano 2015) no seu artigo 62.º estabelece as regras da "Gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local". Estabelece desde logo o n.º 2 do referido artigo que os Municípios não podem aumentar as despesas com pessoal no ano 2015. Contudo o n.º 4 refere que "O município que no exercício de 2014 tenha registado despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante inferior a 35 % da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, pode em 2015 aumentar aquelas despesas em montante correspondente a 20 % da margem disponível.". Nos termos do n.º 5 do artigo 62.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e da nota explicativa da DGAL – Direcção-Geral da Autarquias Locais, de agosto de 2015, sobre a "Gestão de Pessoal nos Municípios – Interpretação da Lei do Orçamento de Estado para 2015", não relevam para os efeitos atrás referidos os aumentos da despesa com pessoal que decorre, de entre outras, das seguintes situações:

- Atualização do Salário Mínimo Nacional (Decreto - Lei n.º 144/2014 de 30 de setembro);
- Comparticipações efetuadas diretamente aos trabalhadores e respetivos familiares por despesas de saúde;
- Reembolsos efetuados pelo município à ADSE, respeitantes a despesas com cuidados de saúde prestados a beneficiários da ADSE (trabalhadores e respetivos familiares);
- Despesa resultante da atualização dos vencimentos dos funcionários públicos (reversão de 20% da redução remuneratória, consagrado no artigo 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de Setembro. Os aumentos dos respetivos encargos sociais não são considerados excecionados);
- Despesa resultante da assunção pelo município de pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local (os aumentos das despesas com pessoal verificados no ano em curso face a 2014, que decorram de protocolos de transferência de competências);
- Despesa resultante de decisões judiciais.

O quadro abaixo demonstra que o Município de Porto de Mós apesar de ter registado um acréscimo de trabalhadores comparativamente ao ano 2014, cumpriu o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Designação	Valor
Média receita corrente líquida (2012, 2013 e 2014)	14 015 977,00
35% da Média receita corrente líquida (2012, 2013 e 2014)	4 905 592,00
Despesas com pessoal (01) e aquisição serviços (02,02) ano 2014	4 686 148,00
Margem disponível	219 444,00
20 % margem disponível	43 889,00
Limite das despesas com pessoal (01) e aquisição serviços (02,02) para o ano 2015	4 730 036,00
Despesas com pessoal (01) e aquisição serviços (02,02) ano 2015 (valor abatido das excepções previstas no n.º 5 da Lei n.º 82-B/2014)	4 687 912,00
Margem disponível	42 124,00

O Município cumpriu a redução de pessoal prevista para o ano de 2014.

Assim, em 2015, os custos com o pessoal poderiam ser aumentados até ao valor máximo de 4.730.036 euros. Verificamos que o aumento registado na rubrica de custos com o pessoal foi de 4.687.912 euros, cumprindo-se assim a margem prevista.

No final de cada trimestre, o município presta informação detalhada à DGAL sobre o cumprimento do objetivo supra.

3.6. Disponibilidades

À data de 31 de dezembro de 2015 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31.12.15	31.12.14
Caixa	879,81	556,21
Depósitos à ordem		
Caixa Geral de Depósitos	251 546,21	666 776,43
Caixa Económica Montepio Geral	555 484,84	680 180,83
Novo Banco	19 106,90	23 960,45
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	16 248,49	37 005,70
Banco Santander Totta	61 159,82	43 425,95
Millenium BCP	1 043 773,74	523 910,79
Banco BPI	4 249,33	30 011,29
Banco BIC	1 019 624,25	838 343,07
	2 971 193,58	2 843 614,51
Total	2 972 073,39	2 844 170,72

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efectuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2015, tendo sido obtida resposta.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2015, tendo-se verificado que as diferenças de reconciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS



SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social 50 000 € * S.R.O.C. nº 176

À data de 31 de dezembro os depósitos a prazo do município ascendiam a 2.500.000,00 euros.

3.7. Acréscimos e diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Acréscimos e Diferimentos	31.12.15	31.12.14
Acréscimos de proveitos	3 889 604,37	3 952 207,12
Custos diferidos	6 953,70	7 653,66
Acréscimos de custos	97 847,06	-608 537,20
Proveitos diferidos	11 482 695,63	-11 973 830,68
Total	15 477 100,76	-8 622 507,10

Do total de saldo da rubrica acréscimos de proveitos evidenciamos o valor de 2.641.256,00 euros referente à estimativa do IMI, o montante de 385.197,00 euros relacionado com a derrama, a participação no IRS no valor 676.301,00 euros de 2015, a receber no ano de 2016. Dos testes efectuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos custos diferidos salientamos a especialização dos seguros. Dos testes efectuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado em acréscimos de custos, salientamos o montante de 500.444,75 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsidio de férias e os respetivos encargos, vencidos em 2015, a liquidar em 2016. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

No respeitante aos proveitos diferidos salientamos o montante de 11.482.695,63 euros referentes aos subsídios recebidos. Os montantes não foram circularizados junto das respetivas entidades.

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - 1.º Andar - Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax 239 841027
Email: marquesdealmeida.jn@gnn.co

Sede
Rua Batalha Ros, nº 61, 2.º
0300 - 098 GUARDA
Tel: 241 227303 * Fax 241 227304
Email: vsrec@gnn.pt

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, nº 65 - 1.º Andar
3010 - 030 VISEU
Tel: 252 435277 * Fax 252 435278
Email: drc@consultores52mail.telecom.pt

3.8. Fundos próprios

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	17 631 568,72	2 521,50		17 634 090,22
	0,00			0,00
	17 631 568,72	2 521,50	0,00	17 634 090,22
55 Ajustamentos Partes Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
56 Reservas de Reavaliação	0,00			0,00
57 Reservas	0,00			0,00
571 Reservas Legais	888 801,44	104 579,82		993 381,26
572 Reservas Estatutárias	0,00			0,00
573 Reservas Contratuais	0,00			0,00
574 Reservas Livres	0,00			0,00
575 Subsídios	0,00			0,00
576 Doações	15 815,30	2 595,00		18 410,30
	904 616,74	107 174,82	0,00	1 011 791,56
59 Resultados Transitados	22 124 975,91	2 200 716,45	110 125,75	24 215 566,61
88 Resultado Líquido do Exercício	2 091 596,45	2 024 486,25	2 091 596,45	2 024 486,25
89 Dividendos Antecipados	0,00			0,00
T O T A L	42 752 757,82	4 334 899,02	2 201 722,20	44 885 934,64

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício de 2014 no valor de 2.091.596,45 euros, da seguinte forma:
 - Resultados transitados – 1.987.016,63 euros
 - Reservas legais – 104.579,82 euros
- A rubrica de resultados transitados além do valor do resultado líquido do exercício de 2014 regista um aumento de 109.120,000 euros, devido à inventariação do Posto de GNR.
- O resultado líquido do exercício de 2015 foi de 2.024.486,25 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2015 a conta de património evidencia um saldo de 17.634.090,22 euros, o que corresponde a cerca de 29% do ativo. Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL (é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo).



3.9. Dívidas a instituições de crédito

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.15	31.12.14
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	835 005,65	1 199 080,04
Banco Santander Totta	145 976,05	329 919,51
Banco BPI	1 209 534,28	1 294 345,73
Novo Banco	369 230,80	415 384,64
Total	2 559 746,78	3 238 729,92

Solicitamos ao município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

3.10. Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Fornecedores	31.12.15	31.12.14
Fornecedores c/c	279 948,98	147 851,67
Fornecedores p/vendas a dinheiro	0,00	0,00
Total	279 948,98	147 851,67

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2015. Seleccionámos 86,55% do saldo tendo obtido resposta de 25,71%. Destes, 38,62% eram respostas concordantes e 61,38% foram respostas reconciliadas. Em relação aos fornecedores que não responderam (74,29%) efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

3.11. Provisões para Riscos e Encargos

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao município obtivemos resposta dos seguintes advogados/sociedades de advogados: Lúcia Lima Mendes e VPSM & Associados-sociedade de advogados, R.L.

Identificamos 7 ações judiciais em curso à data de 31 de dezembro de 2015. O valor destas ações totaliza 1.542.525,95 euros. Em relação a duas ações, que totalizam 592.832,72 euros, o Município ganhou mas os autores recorreram e em relação a outras duas ações, que totalizam 44.963,96 euros, os advogados são da opinião que não haverá responsabilidades para o município. Numa ação judicial as responsabilidades do Município não estão quantificadas.

No entanto, em relação a duas ações judiciais, que reclama uma indemnização de 904.729,27 euros os advogados são da seguinte opinião que "As responsabilidades do Município de Porto de Mós apenas serão estimáveis após a audiência de julgamento".



Estas responsabilidades, decorrentes de risco de natureza específica, susceptível de, no futuro, se traduzir numa obrigação para o município não estão relevadas nas demonstrações financeiras.

Conforme decorre do ponto 2.7.1. do POCAL *“a constituição de provisões deve respeitar apenas situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a importância ser superior às necessidades(...) são consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente(...) a obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso”*.

Apesar do órgão executivo, tal como é referido no ponto 8.2.3., al. g) das notas ao balanço e à demonstração de resultados, não prever quaisquer responsabilidades para o município, tendo em atenção o princípio da prudência, previsto no POCAL, aconselhamos que o município constitua uma provisão para este possível encargo. A criação de uma provisão, no exercício de 2015, iria diminuir o resultado e aumentar o passivo em 904.729,27 euros.

Este parece ser também o entendimento do Tribunal de Contas, onde no seu relatório nº9/2013 – 2ª seção, relativo a uma auditoria financeira realizada ao município do Alandroal, conclui o seguinte: *“Na sequência das indagações realizadas junto dos serviços de apoio jurídico apura-se a existência de 34 ações judiciais (...) envolvendo a reclamação de verbas no montante M€ 2,4. A autarquia não constituiu provisões para riscos e encargos decorrentes das referidas ações judiciais (...)”*; recomendando o seguinte: *“Dar maior rigor e ponderação na constituição de provisões (...) para riscos e encargos de modo a espelhar no balanço, de forma adequada, riscos e responsabilidades de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência.”*



IV. Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de imobilizado representam 84,9% do ativo do município. Destas, são as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público, as rubricas mais relevantes;
- Em relação às restantes rubricas do ativo destacamos o aumento de 4,5% nas disponibilidades e o aumento nos outros devedores;
- Face ao período homólogo o ativo aumentou 1,7%;
- As principais rubricas do passivo são os proveitos diferidos (69,8%) e as dívidas a instituições de crédito (15,6%);
- As dívidas a terceiros, de curto prazo aumentaram 23,5% fruto do aumento verificado nos outros credores e nos fornecedores. Dívidas a terceiros de médio/longo prazo reduziram-se em 19,6%.
- As principais rubricas de custos são os custos com o pessoal (30,93%), os fornecimentos e serviços externos (34,43%) e as amortizações do exercício (22,04%). Face ao verificado no período homólogo os custos com o pessoal diminuíram 6,36%, as amortizações do exercício aumentaram 8,65% e os fornecimentos e serviços externos reduziram-se em 0,17%;
- A principal rubrica de proveitos são as transferências e subsídios obtidos, que face ao período homólogo aumentou 1,75%;
- Os custos financeiros sofreram uma diminuição de 81,42%, face ao ano anterior, devido essencialmente à constituição, em 2014, de provisões para os investimentos financeiros;
- Os proveitos e ganhos extraordinários diminuíram 29,28%.
- O resultado líquido do exercício e os resultados extraordinários diminuíram face ao ano anterior, enquanto que os resultados operacionais e os resultados financeiros apresentam melhorias.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176

V. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores			2015		2014		Variação
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Circulante	5 378 672,36	487,59%	4 897 821,52	548,51%	-60,92%
		Passivo Circulante	1 103 111,74		892 929,29		
	Liquidez Reduzida	Ativo circulante - existências	3 718 256,64	337,07%	3 213 027,32	359,83%	-22,76%
		Passivo circulante	1 103 111,74		892 929,29		
	Liquidez imediata	Disponibilidades	2 972 073,39	269,43%	2 844 170,72	318,52%	-49,10%
		Passivo circulante	1 103 111,74		892 929,29		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	48 144 278,44	92,48%	46 806 517,76	91,02%	1,46%
		Imobilizado líquido	52 057 824,77		51 424 132,63		
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c.p.	1 103 111,74	2,12%	892 929,29	1,74%	0,38%
		Imobilizado líquido	52 057 824,77		51 424 132,63		
Endividamento	Endividamento	Passivo	16 447 120,56	26,82%	17 529 057,11	29,08%	-2,26%
		Ativo Líquido	61 333 055,20		60 281 814,93		
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP	3 258 343,80	19,81%	4 053 759,94	23,13%	-3,31%
		Passivo	16 447 120,56		17 529 057,11		
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP	2 559 746,78	15,56%	3 238 729,92	18,48%	-2,91%
		Passivo	16 447 120,56		17 529 057,11		
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP	1 103 111,74	6,71%	892 929,29	5,09%	1,61%
		Passivo	16 447 120,56		17 529 057,11		



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. n.º 176

VI. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

DA DESPESA	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES	11 423 705,62	89%
DESPESAS DE CAPITAL	4 851 727,41	73%
TOTAL	16 275 433,03	83%

EXECUÇÃO DA RECEITA	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	15 257 550,14	98%
RECEITAS DE CAPITAL	1 024 492,63	60%
OUTRAS RECEITAS	2 246 054,74	100%
TOTAL	18 528 097,51	95%

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Porto de Mós com referência a 31 de dezembro de 2015, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (95%) é superior à execução da despesa total (83%). Contudo, a execução encontra-se, na sua generalidade, abaixo do orçamentado, com exceção das outras receitas.

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de Setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. O Município de Porto de Mós, apresentou no exercício de 2015 uma taxa de execução das receitas de 95%, no exercício de 2014 essa taxa foi de 99%.

Delegação Coimbra
Av. Fernando de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mox – Sala 101
3000 - 176 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81-2
6390 - 608 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsm@gnm.pt

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, n.º 65 – 1.º Piso/Lda
3510 - 030 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435278
Email: vsm@gnm.pt

6.1. Controlo orçamental da receita¹

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2015, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de cerca de € -979 896,50, -5,02%).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PESO %	Receita Cobrada Líquida N	GRAU DE EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3 979 901,00	20,4%	3 999 482,88	100,49%	122,9%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	86 399,00	0,4%	61 329,22	70,98%	78,4%
04	TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	240 170,00	1,2%	299 425,52	124,67%	113,0%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	993 000,00	5,1%	805 879,95	81,16%	117,4%
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES	7 783 703,00	39,9%	7 616 879,06	97,86%	98,0%
07	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	2 395 607,00	12,3%	2 464 953,16	102,89%	79,2%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75 000,00	0,4%	9 600,35	12,80%	102,5%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		15 553 780,00	79,7%	15 257 550,14	98,10%	101,35%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	151 701,00	0,8%	215 188,28	141,85%	25,09%
10	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1 499 243,00	7,7%	765 968,63	51,09%	99,23%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	7 500,00	0,0%	0,00	0,00%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	0,00	-	-
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50 000,00	0,3%	43 335,72	86,67%	428,13%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		1 708 444,00	8,8%	1 024 492,63	59,97%	82,62%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	750,00	0,0%	1 034,73	137,96%	31,99%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2 245 020,01	11,5%	2 245 020,01	100,00%	100,00%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS		2 245 770,01	11,5%	2 246 054,74	100,01%	99,10%
TOTAL		19 507 994,01	100,0%	18 528 097,51	94,98%	98,65%

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente os impostos diretos (representam 20,4% do total das receitas), as transferências correntes (representam 39,9% do total das receitas) e as vendas de bens e serviços (representam 12,3% do total das receitas).

Podemos também verificar que, das receitas correntes, as receitas de: impostos diretos, taxas multas e outras penalidades, e vendas de bens e serviços ficaram acima do montante orçamentado. Nenhuma receita de capital ficou acima no montante orçamentado, com exceção das vendas de bens de investimento.

A taxa de execução da receita corrente e da receita de capital, em comparação com o período homólogo, teve uma variação negativa de 3,26 pontos percentuais e de 22,66 pontos percentuais respetivamente. No global a taxa de execução da receita teve uma variação negativa de 3,67 pontos percentuais.

¹ Para efeitos de cálculo consideramos a receita líquida.

6.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2015, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de € -3 232 560,98 (desvio de cerca de -16,57%).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES	PESO %	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	CUSTOS COM O PESSOAL	5 042 285,00	25,85%	4 697 982,71	93,17%	94,00%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6 913 620,01	35,44%	5 864 719,56	84,83%	87,61%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	34 946,00	0,18%	22 433,33	64,19%	40,21%
04	TRANSFERENCIAS CORRENTES	786 750,00	4,03%	736 597,29	93,63%	90,62%
05	SUBSIDIOS	400,00	0,00%	0,00	0,00%	-
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124 860,00	0,64%	101 972,73	81,67%	83,40%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		12 902 861,01	66,14%	11 423 705,62	88,54%	89,88%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5 471 100,00	28,05%	3 808 761,40	69,62%	78,89%
08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	269 000,00	1,38%	187 972,08	69,88%	84,67%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	116 433,00	0,60%	116 433,00	100,00%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	680 500,00	3,49%	678 983,14	99,78%	67,26%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	68 100,00	0,35%	59 577,79	87,49%	50,05%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		6 605 133,00	33,86%	4 851 727,41	73,45%	77,59%
TOTAL		19 507 994,01	100,00%	16 275 433,03	83,43%	86,35%

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente as despesas com o pessoal (representam 25,85% do total das despesas), a aquisição de bens e serviços (representam 35,44% do total das despesas) e as aquisições de bens de capital (representam 28,05% do total das despesas).

Podemos também verificar que nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 88,54% e de 73,45% respetivamente, o que face ao período homólogo representa um agravamento de 1,34 pontos percentuais e de 4,13 pontos percentuais, respetivamente. No global a taxa de execução da despesa apresentou um agravamento de 2,92 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de € 3 833 844,52 (utilizando a receita cobrada líquida).



6.3. Rádios orçamentais

Os principais rádios orçamentais são:

Indicadores	2015		2014		Variação	Observações
Receita líquida total	18 528 097,51	113,84%	17 794 168,55	114,25%	-0,41%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	16 275 433,03		15 574 807,45			
Receita corrente	15 257 550,14	82,35%	15 306 666,65	86,02%	-3,67%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	18 528 097,51		17 794 168,55			
Receita corrente	15 257 550,14	133,56%	15 306 666,65	132,46%	1,10%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	11 423 705,62		11 555 650,75			
Impostos diretos	3 999 482,88	26,21%	4 007 449,18	26,18%	0,03%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	15 257 550,14		15 306 666,65			
Receita de capital	1 024 492,63	5,53%	2 113 426,04	11,88%	-6,35%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	18 528 097,51		17 794 168,55			
Receita de capital	1 024 492,63	21,12%	2 113 426,04	52,58%	-31,47%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	4 851 727,41		4 019 156,70			
Despesa corrente	11 423 705,62	70,19%	11 555 650,75	74,19%	-4,00%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	16 275 433,03		15 574 807,45			
Despesa de capital	4 851 727,41	29,81%	4 019 156,70	25,81%	4,00%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	16 275 433,03		15 574 807,45			
Despesas rígidas	5 399 399,18	33,18%	5 048 739,00	32,42%	0,76%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	16 275 433,03		15 574 807,45			
Despesas rígidas	5 399 399,18	29,14%	5 048 739,00	28,37%	0,77%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos, os passivos financeiros e as div. no total da receita
Receitas totais	18 528 097,51		17 794 168,55			
Aquisição de bens de capital	3 808 761,40	23,40%	3 149 130,00	20,22%	3,18%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	16 275 433,03		15 574 807,45			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores à despesas totais pagas. Face a 2014 este rácio regista um ligeiro decréscimo de 0,41%.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social 50 000 € * S.R.O.C. n.º 176

6.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2015	2014	Varição	Observações
Poupança corrente	3 833 844,52	3 751 015,90	82 828,62 2,21%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	5,02%	1,35%	3,67%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-979 896,50	-243 442,99	-736 453,51	
Equilíbrio orçamental corrente	133,56%	132,46%	1,10%	
Equilíbrio orçamental de capital	21,12%	52,58%	-31,47%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indica que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido formal	114%	114%	-0,41%	
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	107%	108%	-1,44%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente aumentou 2,21% (€ 82.828,62) face à verificada no ano anterior.

Em 2015 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em € -979.896,50, enquanto que em 2014, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de € -243.442,99. Ou seja, há um agravamento de € 736.453,51, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e em sentido substancial.

Delegação Coimbra
Av. Tomás de Magalhães, n.º 619 - Ed. Mend - Sala 101
3000 - 176 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Res. n.º 61 - 2.
6300 - 618 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsro@maiteapac.pt

Delegação Viseu
Av. António Sérgio, n.º 65 - 1.º ANDAR
3510 - 630 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: rfc@consulite.esbma1.teapac.pt



VII. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

De acordo com o mapa de pagamentos em atraso calculado pela DGAL o Município não tem pagamentos em atraso.

No mapa da DGAL o prazo médio de pagamento é de 8 dias. A DGAL considerou as transferências de imobilizado entre contas e as reclassificações de contas como aquisições, na nossa opinião incorretamente. Desconsiderando estes aspetos o prazo médio de pagamento é de 10 dias, abaixo do limite máximo permitido por lei.

Os fundos disponíveis a dezembro de 2015 eram positivos em € 3.067.295,55.

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios		Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	> 3	-	OBRIGATÓRIO

A 31 de dezembro de 2015 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57º da mesma Lei.

Limite à dívida total

Receita líquida corrente cobrada nos últimos três anos		Montante
2012		12 826 306
2013		13 914 957
2014		15 306 667
Total		42 047 930
Média		14 015 977
Limite à dívida total das operações orçamentais (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))		21 023 965

O limite da dívida é de € 21.023.965, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de € 2.981.047.

	2015	2014
Dívida total	3 662 859	4 131 659
Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	23 880	32 216
Dívidas não orçamentais	705 691	599 151
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	2 981 047	3 564 725
Margem absoluta	18 042 918	16 271 415
Margem utilizável no ano seguinte	4 393 842	3 810 165
Redução do montante em excesso	-	-

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2014 a dívida total diminuiu, sendo a margem do município de € 4.393.842.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Porto de Mós cumpre o disposto no referido artigo.

Ano de 2015	Montante
(1) Valor das receitas correntes brutas	15 271 267,83
(2) Despesa corrente	11 423 705,62
(3) Amortizações médias dos empréstimos	342 398,06
TOTAL (1) - (2) - (3)	3 505 164,15
Equilíbrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	SIM

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2015 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 07 de abril de 2016

José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SR/O.C, S.A.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 888 * Capital social 50 000 € * S.R.O.C n.º 176

R

ANEXO I

	31.12.2015		31.12.2014		Variação	
					Valor	%
Activo						
Imobilizado:						
Bens de Domínio Público	17 542 142,45 €	28,6%	17 811 575,17 €	30%	- 269 432,72 €	-1,51%
Imobilizações Corpóreas	33 437 537,10 €	54,5%	32 701 518,78 €	54%	736 018,32 €	2,25%
Imobilizações Incorpóreas	91 840,56 €	0,1%	5 000,00 €	0%	86 840,56 €	1736,81%
Investimentos Financeiros	986 304,66 €	1,6%	906 038,68 €	2%	80 265,98 €	8,86%
	52 057 824,77 €	84,9%	51 424 132,63 €	85,3%	633 692,14 €	1,23%
Circulante:						
Existências	1 660 415,72 €	2,7%	1 684 794,20 €	3%	- 24 378,48 €	-1,45%
Dividas de Terceiros - Médio e longo prazo						
Clientes	- €	0,00%	- €	0%	- €	n.a.
	- €		- €		- €	n.a.
Dividas de Terceiros - Curto Prazo						
Clientes c/c		0,0%		0%	- €	n.a.
Contribuintes c/c	22 210,79 €	0,0%	10 973,97 €	0%	11 236,82 €	102,40%
Utentes c/c	295 840,14 €	0,5%	171 671,95 €	0%	124 168,19 €	72,33%
Clientes / Contribuintes / Utentes Cobrança Duvidosa		0,0%		0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	195 045,28 €	0,3%	181 795,47 €	0%	13 249,81 €	7,29%
Outros Devedores	233 087,04 €	0,4%	4 415,21 €	0%	228 671,83 €	5179,18%
	746 183,25 €		368 856,60 €		377 326,65 €	102,30%
Títulos Negociáveis	- €		- €		- €	n.a.
Depósitos Bancários e Caixa						
Depósitos Bancários	2 971 193,58 €	4,8%	2 843 614,51 €	5%	127 579,07 €	4,49%
Caixa	879,81 €	0,0%	556,21 €	0%	323,60 €	58,18%
	2 972 073,39 €		2 844 170,72 €		127 902,67 €	4,50%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Proveltos	3 889 604,37 €	6,3%	3 952 207,12 €	7%	- 62 602,75 €	-1,58%
Custos Diferidos	6 953,70 €	0,0%	7 653,66 €	0%	- 699,96 €	-9,15%
	3 896 558,07 €		3 959 860,78 €		- 63 302,71 €	-1,60%
Total do Activo	61 333 055,20 €	100%	60 281 814,93 €	100%	1 051 240,27 €	1,74%

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 618 - Ld. Mond - Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel. 239 821777 * Fax 239 841027
Email: marquesdealmeida.roe@gmail.com

Sede
Rua Botafaria Reis, n.º 81 - 2.
6300 - 606 GUARDA
Tel. 271 227303 * Fax 271 227304
Email: vs.roe@gmail.com

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, n.º 65 - 1.º Piso/Lsc
3010 - 030 VISEU
Tel. 252 435277 * Fax 252 435278
Email: roe.viseu@gmail.com



2

	31.12.2015		31.12.2014		Variação	
					Valor	%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios						
Património	17 634 090,22 €	39%	17 631 568,72 €	41%	2 521,50 €	0,01%
Ajustamentos Partes de Capital		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas de Reavaliação		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas Legais	993 381,26 €	2,2%	888 801,44 €	2%	104 579,82 €	11,77%
Reservas Estatutárias		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas Livres		0,0%		0%	- €	n.a.
Subsídios		0,0%		0%	- €	n.a.
Doações	18 410,30 €	0,0%	15 815,30 €	0%	2 595,00 €	16,41%
Resultados Transitados	24 215 566,61 €	53,9%	22 124 975,91 €	52%	2 090 590,70 €	9,45%
Resultado Líquido do Exercício	2 024 486,25 €	4,5%	2 091 596,45 €	5%	67 110,20 €	-3,21%
Total dos Fundos Próprios	44 885 934,64 €	100%	42 752 757,82 €	100%	2 133 176,82 €	4,99%
Passivo:						
Provisões para riscos e encargos						
Outras provisões p/ riscos e encargos	- €	0,0%		- €	- €	n.a.
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito	2 559 746,78 €	15,6%	3 238 729,92 €	18%	678 983,14 €	-20,96%
Fornecedores de Imobilizado C/C		0,0%		0%	- €	n.a.
Credores das administrações públicas	698 597,02 €	4,2%	815 030,02 €	4,6%	116 433,00 €	-14,29%
	3 258 343,80 €		4 053 759,94 €		795 416,14 €	-19,62%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito		0,0%		0%	- €	n.a.
Fornecedores c/c	279 948,98 €	1,7%	147 851,67 €	1%	132 097,31 €	89,34%
Fornecedores facturas em recepção e conferência		0,0%		0%	- €	n.a.
Fornecedores Títulos a Pagar		0,0%		0%	- €	n.a.
Adiantamentos a Clientes		0,0%		0%	- €	n.a.
Clientes e Utentes c/ Caução de Água		0,0%		0%	- €	n.a.
Administração Autárquica	882,84 €	0,0%	24 660,97 €	0%	23 778,13 €	-96,42%
Fornecedores de Imobilizado C/C	35 235,82 €	0,2%	11 375,10 €	0%	23 860,72 €	209,76%
Fornecedores de Imobilizado - Locações		0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	121 242,56 €	0,7%	119 340,79 €	1%	1 901,77 €	1,59%
Outros Credores	653 831,79 €	4,0%	540 865,09 €	3%	112 966,70 €	20,89%
Fornecedores de imobilizado - leasing	11 969,75 €	0,1%	48 835,67 €	0,3%	36 865,92 €	-75,49%
	1 103 111,74 €		892 929,29 €		210 182,45 €	23,54%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Custos	602 969,39 €	3,7%	608 537,20 €	3%	5 567,81 €	-0,91%
Proveitos Diferidos	11 482 695,63 €	69,8%	11 973 830,68 €	68%	491 135,05 €	-4,10%
	12 085 665,02 €		12 582 367,88 €		496 702,86 €	-3,95%
Total do Passivo	16 447 120,56 €	100%	17 529 057,11 €	100%	1 081 936,55 €	-6,17%
Total dos Fundos próprios e Passivo	61 333 055,20 €		60 281 814,93 €		1 051 240,27 €	1,74%

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. n.º 176

R

ANEXO II

RUBRICAS	31 DE DEZEMBRO DE 2015		31 DE DEZEMBRO DE 2014		VARIACAO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
CUSTOS						
CMVMC	529 106,22 €	3,49%	423 140,68 €	2,72%	105 965,54 €	25,04%
FSE	5 224 856,33 €	34,43%	5 233 942,45 €	33,68%	-9 086,12 €	-0,17%
CUSTOS COM O PESSOAL	4 694 084,24 €	30,93%	5 013 000,88 €	32,26%	-318 916,64 €	-6,36%
TRANSF. E SUBS. CORR. CONC. E PREST SOCIAIS	738 033,57 €	4,86%	750 261,64 €	4,83%	-12 228,07 €	-1,63%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCICIO	3 345 446,99 €	22,04%	3 079 225,25 €	19,81%	266 221,74 €	8,65%
PROVISÕES DO EXERCICIO	16 374,44 €	0,11%	66 470,99 €	0,43%	-50 096,55 €	0,00%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	49 128,72 €	0,32%	60 854,79 €	0,39%	-11 726,07 €	-19,27%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	22 084,47 €	0,15%	118 877,89 €	0,76%	-96 793,42 €	-81,42%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	557 260,28 €	3,67%	795 863,45 €	5,12%	-238 603,17 €	-29,98%
TOTAL	15 176 375,26 €	100,00%	15 541 638,02 €	100,00%	-365 262,76 €	-2,35%
PROVEITOS						
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 441 860,25 €	14,20%	2 112 697,65 €	11,98%	329 162,60 €	15,58%
IMPOSTOS E TAXAS	4 264 933,10 €	24,79%	4 225 787,35 €	23,96%	39 145,75 €	0,93%
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRABALHOS P/ A PRÓPRIA EMPRESA	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	8 209 843,88 €	47,73%	8 068 967,21 €	45,76%	140 876,67 €	1,75%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	1 177 097,21 €	6,84%	1 371 574,94 €	7,78%	-194 477,73 €	0,00%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	53 195,52 €	0,31%	45 941,33 €	0,26%	7 254,19 €	15,79%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1 053 931,55 €	6,13%	1 808 265,99 €	10,25%	-754 334,44 €	-41,72%
TOTAL	17 200 861,51 €	100,00%	17 633 234,47 €	100,00%	-432 372,96 €	-2,45%

RESULTADO LÍQUIDO 2 024 486,25 €

2 091 596,45 €

RESULTADOS OPERACIONAIS 1 496 703,93 €

1 152 130,47 €

RESULTADOS FINANCEIROS 31 111,05 €

-72 936,56 €

RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS 496 671,27 €

1 012 402,54 €

Delegação Coimbra
R. Formosa do Magalhães n.º 615 - 1.º And. - Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel 239 821777 * Fax 239 841027
Email: marcosde Almeida.roc@gmail.com

Sede
Rua Batalha Reis n.º 81
3000 - 688 GUARDA
Tel 271 227303 * Fax 271 227304
Email: vsroc@marcosde Almeida.roc.pt

Delegação Viseu
Av. António Sampaio n.º 65 - 1.º Piso
3510 - 030 VISEU
Tel 252 430447 * Fax 252 430478
Email: dlviseu@marcosde Almeida.roc.pt

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

